

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

Ney Luiz da Silva

O ESTUDO DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BANCO BETA

PORTO ALEGRE

2012

O ESTUDO DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BANCO BETA

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: André Martinewski

Porto Alegre

2012

O ESTUDO DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BANCO BETA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Conceito final:

Aprovado em março de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Orientador: Prof. Dr.

DEDICATÓRIA

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

[Madre Teresa de Calcuta](#)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus pela luz que guiou no percurso da pesquisa. À família que sempre acreditou nos preceitos de superação e conquista. Aos tutores, orientador, professores, colegas de curso, e em todos que apostaram positivamente na realização árdua deste trabalho.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do Crédito Total.....	17
Tabela 2 – Taxa de Juros nas Operacoes de Credito.....	44
Tabela 3 - Taxa das Operações.....	45
Tabela 4 - Principais Indicadores do Resultado.....	46
Tabela 5 – Spread anualizado.....	46
Tabela 6 – Margem gerencial.....	48
Tabela 7 – Desempenho dos índices de spread.....	49
Tabela 8 – Desempenho dos Itens Patrimoniais e Rentabilidade.....	49
Tabela 9 – Análise de volume (ativos rentáveis) e Taxa Trimestral – 3T11 e 4T11.....	50
Tabela 10– Análise de Volume (ativos rentáveis) e Taxa do Período – 2010 – 2011.....	50
Tabela 11 – Evolução do Spread.....	51

Silva, Ney Luiz da. O estudo do *spread* bancário no Banco Beta. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão de Negócios Financeiros) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Administração.

RESUMO

A oferta de crédito proporciona o financiamento de investimentos produzindo o aquecimento do sistema financeiro, o fomento da economia e promoção do desenvolvimento, sendo salutar que o sistema financeiro de um país vise a oferta de crédito suficiente com taxas acessíveis. O Brasil enfrenta problema com a baixa oferta de crédito e alto custo do mesmo, o que se denomina *spread* bancário. Este trabalho tem por premissa analisar os determinantes/componentes do *spread bancário*, bem como seus riscos. Apresentando as relações de mercado, a partir do Plano Real, concluindo com fatores de composição, evolução nos últimos anos, consagrando finalmente, que o agente financeiro, objeto de estudo, exibiu uma redução do *spread* em detrimento da taxa da SELIC.

Palavra chave: *Spread* Bancário. Taxas. Juros. Riscos. Margem Líquida.

Silva, Ney Luiz da. O estudo do *spread* bancário no Banco Beta. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão de Negócios Financeiros) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Administração.

ABSTRACT

The supply of credit provides the financing to produce the heating of the financial system, boosting the economy and promoting development, and healthy financial system that a country seeks to supply enough credit with affordable rates. Brazil faces a problem with low supply of credit and cost of the same act, which is called banking spread. This work is premised on analyzing the determinants / components of the spread, as well as its risks. Introducing market relations, from the Real Plan, concluding with composition factors, developments in recent years, establishing finally that the financial agent, the object of study, exhibited a reduction in the spread over the Selic rate.

Keyword: Bank Spreads. Rates. Interest. Risks. Net Margin.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
JUSTIFICATIVA	10
OBJETIVOS	11
Objetivo Geral	11
Objetivos Específicos	11
1. REVISÃO DE LITERATURA	12
1.1 CONCEITO DE <i>SPREAD</i>	12
1.2 AS MODALIDADES DE CRÉDITOS BANCÁRIOS NO BRASIL.....	14
1.3 A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO.....	17
1.4 <i>SPREAD</i> BANCÁRIO NO BRASIL E EXTERIOR.....	18
1.5 FATORES DETERMINANTES DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO NO BRASIL	20
1.6 COMPOSIÇÃO E DECOMPOSIÇÃO DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO.....	26
1.7 DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS.....	29
1.8 RISCOS DAS OPERAÇÕES.....	33
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
2.1 MÉTODO.....	37
2.2 ANÁLISE DE DADOS.....	39
3.RESULTADOS	41
3.1 MODALIDADES DE CREDITO.....	42
3.2 <i>SPREAD</i> E AS TAXAS.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

Tem sido palco de intensas discussões no Brasil o elevado nível do *spread* bancário entre os gestores da política econômica e acadêmicos. O estudo acerca do tema iniciou-se por Aronovich (1994), centrando em diversas pesquisas. Em 1999, com implementação do Regime de Metas de Inflação (RMI), o Banco Central do Brasil (BCB) abriu a cortina para estudos sobre os determinantes componentes do *spread* bancário. Assim, destes estudos, determinou-se diversas proposições políticas para acelerar a queda dos *spreads* (MANHINÇA; JORGE, 2009).

Neste contexto foram estabelecidas medidas microeconômicas e institucionais, e ignorando a relevância da manutenção da taxa básica de juros em nível elevado, apontou-se para uma adoção de política que incentiva a concorrência e a disseminação da informação, considerando que a busca por nível mais baixo na taxa básica de juros seja um dos meios propícios a redução do *spread* e, assim, o custo de crédito na economia.

O Brasil tem uma política monetária conduzida dentro do Regime de Metas de Inflação abre-se o combate à inflação dando majoritariamente com a manipulação da taxa básica de juros, definida por comitê especial, denominado Copom (Comitê de Política Monetária), visando perseguir a meta de inflação estabelecida anualmente. A busca pela estabilidade de preços tem mantido a taxa básica de juros num cenário em elevação, comparado principalmente com diversos países.

O comportamento das taxas bancárias no Brasil revela dois fatos estilizados: o elevado e persistente nível das taxas de juros (e dos *spreads* bancários) e a elevada e persistente dispersão das taxas entre os bancos.

É preciso ter em mente que a taxa básica de juros brasileira é igualmente indexador de parte dos títulos públicos, as chamadas, Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Neste parâmetro está a relação entre o nível da taxa básica de juros e os *spreads* bancários no Brasil. Desta maneira, afirma-se que o arranjo de política monetária brasileira gera efeitos sobre a capacidade de realização de investimentos da economia, uma vez que o crédito bancário é uma das principais fontes de financiamento das empresas.

Saunders e Schumacher, 2000; Brock e Suarez, 2000, consideram que diante de estudos internacionais há evidências da incerteza que envolve os bancos propiciando ser uma importante causa dos *spreads* bancários. No Brasil, guardadas as proporções de instabilidade

macroeconômica que tem caracterizado a economia desde 1980, é de se esperar que os fatores macroeconômicos tenham uma relevância fundamental na determinação do *spread*.

JUSTIFICATIVA

O sistema bancário brasileiro é um dos mais avançados no mundo, com uma integração de dados em tempo real. Neste estão centrados todos os mecanismos para se fazer realidade um sonho, um investimento, o sonho da casa própria, expansão de uma empresa e os mais diversificados objetivos buscados junto ao sistema financeiro.

Diante do cenário econômico que o Brasil passa gradativamente, importante compreender as nuances dos aspectos voltados ao *spread* bancário, que nada mais é do que a taxa de juros cobrado nos empréstimos e a taxa de captação dos recursos.

O interesse pelo assunto parte da necessidade de se conhecer de maneira apurada os determinantes do *spread* bancário, entendendo seus conceitos comparando seus meandros nuances em com diversos tipos de modalidades de empréstimos perpetrados pelos bancos.

Há igualmente a preocupação dos riscos que se vêm as voltas os agentes financeiros, ante a inadimplência, que assume grande destaque, sendo o grande dificultador da margem líquida satisfatório dos bancos.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender a composição da taxa de juros em diferentes operações do Banco Beta de forma a identificar os fatores geradores do alto *spread* bancário demonstrado no Brasil.

Objetivos Específicos

- Apresentar as diferentes modalidades de operações de créditos oferecidos pelo Banco Beta;
- Identificar o *spread* bancário no Brasil;
- Demonstrar as taxas de juros aplicadas operações às pessoas físicas e jurídicas no Banco Beta;
- Analisar como a instabilidade macroeconômica atinge o nível do *spread* bancário;
- Apresentar os índices e fatores que comprometem a margem de lucro do Banco Beta em relação ao *spread* bancário no período de 2007 a 2011;

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 CONCEITOS DE *SPREAD* BANCÁRIO

Mesmo com redução gradativa o *spread* bancário brasileiro ainda é alvo de muitas discussões, que segundo as pesquisas ainda é um dos maiores do mundo. Esperava-se com a redução da inflação em certo período no Brasil, tivesse uma redução do *spread*, mas não isto aconteceu, como informa Oliveira; Carvalho (2006, p. 376):

Esperava-se que a transição para o ambiente de inflação baixa no Brasil, ao reduzir drasticamente as receitas obtidas pelos bancos com a alta inflação, atuaria no sentido de induzi-los a operar com maior agressividade no mercado de crédito, inclusive com *spreads* e juros mais baixos que no período de alta inflação. Todavia, observou-se quadro distinto: além de não aumentarem de forma duradoura os empréstimos no período posterior à queda da inflação, os bancos praticaram juros e *spreads* muito elevados [...] (OLIVEIRA; CARVALHO, 2006, p. 376).

Spread tem origem numa palavra inglesa que remete a expansão. Os estudos do *spread* reportam ao final de 1999, sendo realizados pelo Departamento de Pesquisa do Banco Central do Brasil. Neste estudo, estabeleceu o regime cambial, implantando-se o sistema de metas para inflação e registrando, assim, a preocupação com as determinantes do *spread bancário* no bojo do sistema financeiro. Foi instituído o CET – Custo Efetivo Total, Santos (2008), assim define:

O CET é o custo total que o cliente paga quando contrata um empréstimo ou financiamento. Este custo pode variar em função do prazo, do valor do empréstimo, da tarifa de cadastro, dos tributos, serviços contratados com terceiros, entre outros. O CET é informado na forma percentual anual.

Para Rossoni (2010) informa que o *spread* bancário poder ser conceituado como:

...a diferença entre a taxa de juros cobrada nos empréstimos e a taxa de juros de captação dos recursos. Segundo levantamento realizado pelo Fórum Econômico Mundial, com base nos dados de instituições financeiras de 129 países em 2007, o *spread* brasileiro é o segundo maior do mundo, perdendo apenas para o Zimbábue.

É certo que a diferença entre Madagascar e o Brasil não é tão grande, mas de acordo com os dados apurados o Brasil se mostra como o segundo maior do mundo, embora os constantes estudos no sentido de diminuir.

Veja quadro adiante:

Taxa média de spread			
País	Maiores taxas	País	Menores taxas
Zimbábue	75 pontos percentuais	Holanda	-0,6 ponto percentual
Brasil	35,4 pontos percentuais	Reino Unido	0,2 ponto percentual
Madagascar	33,2 pontos percentuais	Irã	0,3 ponto percentual
Paraguai	27,2 pontos percentuais	França	0,7 ponto percentual
Malauí	21,8 pontos percentuais	Eslováquia	0,8 ponto percentual
Fonte: Fórum Econômico Mundial			

Mähler (2006), ainda ressalta que o *spread* elevado restringe a expansão e o desenvolvimento da intermediação financeira com redução do investimento de consumo, essencial para o crescimento econômico.

Numa definição simplista evocada pelo Banco Central do Brasil, *spread* é a diferença entre o pagamento ao aplicador para captar um recurso e o quanto o banco cobra para emprestar esse mesmo dinheiro, sendo:

[...] a diferença entre a taxa de empréstimo e a taxa de captação de CDB (certificado de depósito bancário). A taxa média de CDB para o conjunto das instituições financeiras foi calculada a partir de uma média das taxas individuais ponderada pela captação líquida de cada instituição. (BCB, 2002)

Assim, *spread bancário* são papéis de captação no mercado, que nada mais é do que diferença entre o custo de aplicação nas operações de empréstimo - o que se cobra quando o banco concede um empréstimo - e o custo de captação de recursos pelas instituições financeiras. Essa diferença entre a taxa de captação e de empréstimo, é que faz o lucro dos bancos, portanto, quanto maior o *spread* maiores serão seus lucros (CAMPELLO, 2008).

Uma economia depende de muitos fatores para ter eficiência e crescimento, neste preceito Fortuna (2005, p. 16), aborda a importância das relações no mercado financeiro,

afirmando que “o mercado Financeiro pode ser considerado como elemento dinâmico no processo de crescimento econômico, uma vez que permite a elevação das taxas de poupança e investimento”.

Por sua vez, Mishkin (1998), aborda a função básica dos mercados financeiros:

A função básica dos mercados financeiros é canalizar os fundos dos poupadores que têm excesso de fundos para os gastadores que tem escassez de fundos. Os mercados financeiros podem fazer isto através de financiamento direto, no qual os tomadores pedem empréstimos de fundos diretamente aos emprestadores vendendo-lhes títulos, ou através de financiamento indireto, que envolve um intermediário financeiro que fica entre os emprestadores poupadores e os tomadores-gastadores e ajuda a transferir fundos de um para o outro (MISHKIN, 1998, p.29).

Seguindo a premissa do mercado financeiro, depara-se com a figura dos empréstimos, estes que se perfazem do chamado *spread bancário* sendo a diferença dos valores de captação de recurso e o valor emprestado.

Assim, entendendo que *spread bancário* é quando o banco concede um empréstimo que vem revestido de taxas e outros produtos, importante conhecer, também, as modalidades de empréstimos bancários no Brasil.

1.2 AS MODALIDADES DE CRÉDITOS BANCÁRIOS NO BRASIL

De acordo com o BCB (1999), tem-se que na modalidade de pessoa jurídica os seguintes itens:

- a) Hot Money: operação de curtíssimo prazo, com recursos destinados para financiamento de capital de giro, onde as empresas cobrem despesas imediatas de folha de pagamento e encargos fiscais;
- b) conta garantida: operação que disponibiliza determinado valor limite cobrindo eventuais necessidades que ultrapassam o saldo em conta;
- c) desconto de duplicata ou notas promissórias;
- d) capital de giro: operação com prazo superior a 30 dias. Estas destinadas ao financiamento das atividades operacionais da empresa;
- e) aquisição de bens;
- f) operação de financiamento de vendas, considerada vendor.

No que diz respeito às modalidades de empréstimos à pessoa física;

- a) cheque especial;
- b) crédito pessoal;
- c) aquisição de bens – CDC e veículos.

Segundo dados do BCB, na modalidade de pessoa física, o financiamento para aquisição de veículos foi a operação que manteve as menores taxas de juros anuais no curso de 2009, enquanto que o cheque especial ficaram com as maiores taxas.

Para Leal (2006) o *spread bancário* pode ser compreendido como um indicador da eficiência da intermediação financeira.

O processo de intermediação financeira realizado pelos agentes econômicos, na visão de Lopes e Rossetti (2005), pode ser classificado quanto aos orçamentos correntes, sendo:

- a) Agentes econômicos com orçamento equilibrado;
- b) Agentes econômicos com orçamento deficitário e
- c) Agentes econômicos com orçamento superavitários.

Na avaliação dos citados autores, a função essencial da intermediação financeira é processar fluxos de financiamento individual na economia.

Desta maneira, importante destacar que os principais benefícios para a economia agregada são a elevação dos níveis de formação de capital e aumento da eficiência da produção. Enquanto que, para os agentes econômicos são a redução dos riscos, custos de transação e a ampliação da possibilidade de obtenção de empréstimos por parte de agentes deficitários.

Para Carvalho *et al* (2000), os intermediários financeiros podem ser classificados em bancários e não bancários. Os bancários realizam operações com ativos monetários (papel moeda, depósitos a vista, a prazo e os depósitos de poupança).

Em outra esfera, os bancos comerciais, múltiplos, de investimentos e as cooperativas de créditos, são considerados os principais bancos financeiros.

No que diz respeito a formação do *spread bancário*, Assaf Neto (2011) destaca seus fatores de composição:

- taxa de captação do banco, incluindo o custo do depósito compulsório sobre captação;
- impostos indiretos e contribuições, como PIS, Cofins e IOF. Inclui-se, também, a contribuição que as instituições financeiras devem fazer ao Fundo Garantidor do Empréstimo (FGC), calculada por meio de um percentual incidente sobre o saldo mensal de captação;
- despesas administrativas e judiciais incorridas pela instituição e calculadas sobre cada unidade de crédito concedido;

- inadimplência, cuja medida pode ser determinada pela relação sobre a provisão de devedores duvidosos e o volume de crédito concedido;
- imposto sobre lucros, como Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- lucro do banco, o qual deve refletir a margem de lucro esperada pela instituição na operação, que é formada essencialmente pelas condições de negócios do mercado e risco de crédito concedido.

Sendo assim, o *spread bancário* é um indicador com intensa avaliação, este pode ser apurado em sua forma bruta e líquida.

A taxa de aplicação financeira diz respeito às receitas (taxas de retorno) auferidas pela instituição decorrentes das aplicações de próprios recursos e de terceiros em operações de crédito, cambiais, prestação de serviços e tesouraria e outras.

Na taxa de captação tem-se a despesas de captação de recursos próprios e de terceiros, processados pelo banco pra lastrear suas aplicações.

Os impostos sobre operações compreendem os impostos diretos de responsabilidade da instituição financeira, PIS, COFINS, ISS e outros.

A inadimplência considerada uma realização duvidosa, onde o percentual das aplicações financeiras estão centradas em títulos adquiridos e operações de crédito.

As despesas operacionais envolvem despesas de pessoal, administrativas, judiciais e outras realizadas no período.

Por fim, a provisão para IR e CSLL tem a alíquota dos tributos incidentes sobre os resultados do banco, e calculada no Brasil pela alíquota de 34% (trinta e quatro por cento).

Em suma, Paiva (2010) expressa que se o banco capta dinheiro dos investidores a uma taxa de 10% ao ano, por exemplo, e empresta esse mesmo dinheiro a uma taxa de 30% ao ano, seu *Spread* será de 20% (30% – 10%). Para reduzi-lo, portanto, se o problema fosse tão somente aritmético, bastaria que o banco emprestasse dinheiro a uma taxa de juros inferior, reduzindo-a para que assim, o *Spread* também fosse reduzido.

Há que se mensurar, contudo, que não é tão simples assim. Com esse *spread* (diferença da taxa de empréstimo e da taxa de captação), o banco tem de arcar com diversos custos e suportar riscos, como pagamento de impostos, pagamentos de custos administrativos, custos com a inadimplência, sendo que apenas com as sobras eventuais após o pagamento dessas diversas despesas é que o banco retirará seu lucro.

1.3 A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO

Segundo o Relatório Econômico do Banco Central do Brasil (2010), a repercussão da crise internacional entre 2008 e 2009 e a virtual paralisação do mercado de crédito, em 2009 e acentuadamente em 2010, houve aumento do saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional. Diante do vigor do mercado financeiro e a elevação dos empresários e consumidores, tornou acessível a expansão de crédito. Este aumento de crédito em dezembro de 2010, representou o percentual de 20,6%, notando-se também a expansão de crédito direcionado e a estabilidade da participação dos bancos públicos, com destaque ao crédito imobiliário e as operações de recursos do BNDES.

Neste período igualmente, favoreceram as pessoas físicas agraciadas com os empréstimos consignados, financiamentos para veículos, o denominado crédito livre.

Conforme Circular nº 2.957, de 30 de dezembro de 1999, referem-se a créditos livres acompanhadas pelo Banco Central para efeito da estimativa dos valores da taxa de juros, *spreads*, prazos médios, inadimplência e fluxos de concessões.

Tabela 1 – Evolução do Crédito Total

Discriminação	2008	2009	2010	R\$ bilhões	
				Variação t-1	(%) t-2
Total	1227,3	1414,3	1705,8	20,6	39,0
Recursos Livres	871,2	954,5	1116,0	16,9	28,1
Recursos Direcionados	356,1	459,8	589,8	28,3	65,6
Participação %					
Total/PIB	40,5	44,4	46,4		
Recursos Livres/PIB	28,7	30,0	30,4		
Recursos Direcionados	11,7	14,4	16,0		

Fonte: Relatório de Economia Bancária e Crédito, 2010.

Nesta tabela se vê um crescimento interanual de 20,6% em comparação a 2009 que representou 15,2% e 31,1% em 2008. O saldo dos empréstimos totais em relação ao Produto Interno Bruto situou-se em 46,4% ao final de 2010, sendo que em 2009 estacou-se em 44,4%, e em 2008, foi equivalente a 40,5%. A participação das instituições privadas nacionais ficaram no patamar de 40,8% e as estrangeiras estabeleceu o percentual de 17,4%.

Citando ainda, o ano de 2010, a evolução de crédito com recursos direcionados teve um crescimento em todas suas operações, destacando-se os voltados à empréstimos com fins habitacionais, onde a variação alcançou 50,3% no ano. Destaque-se para operações de financiamento de veículos e crédito pessoal naquele ano.

No mesmo ano, no segmento de pessoas jurídicas expandiu na margem de 14,7% no período com relação ao ano anterior.

A inadimplência teve declínio, condicionada pela evolução positiva dos indicadores de emprego e renda, e aumento da participação relativa de modalidades com *spreads* menos na carteira total desse segmento, contribuindo assim para a redução do *spread* bancário nos créditos às pessoas físicas.

1.4 SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL E NO EXTERIOR

No período de 2007 a 2010, o Senado do Brasil, apontou especificamente no final de 2008, quando a crise financeira internacional tomou maiores proporções com a queda do Banco Lemman Brother, que o Brasil vinha consolidando seus fundamentos macroeconômicos, com taxas de crescimento mais altas e maior estabilidade de preços, acúmulo de reservas internacionais e queda do estoque da dívida pública líquida.

Estas conquistas, associadas aos ganhos sociais e a melhora de percepção de risco do Brasil no exterior, permitiram um alcance no nível de Grau de Investimento, pelas agências de classificação de risco. Em função desse panorama econômico, o país foi capaz de minimizar os seus efeitos da crise internacional de 2008 e retomar mais rapidamente o padrão de crescimento registrado nos períodos anteriores.

No Brasil, a avaliação do *spread* continua sendo alto, segundo os economistas do governo, mas alguns deixam de levar em consideração que o nível de garantias exigidas pode ser diferente entre os países. Outros estudos ignoram o acesso ao crédito, de forma que ele pode

ser barato, mas disponível somente para pequena parcela da população. Ainda assim, a maioria das comparações internacionais é desfavorável ao Brasil.

Afonso, Köhler e Freitas (2009) destacam que após sucessivas crises como a da Rússia levou o Brasil à mudança de seu regime monetário, em janeiro de 1999, o *spread* voltou a entrar em trajetória de queda, coincidindo com o ambiente de maior estabilidade macroeconômica que começou a se delinear naquele período, em virtude de um maior compromisso do governo com a sustentabilidade das contas públicas e da introdução e consolidação do regime de metas para a inflação.

Desde 2000 o *spread* acompanhou o desempenho macroeconômico da economia, sendo claro ainda, em primeiro lugar, que o nível e a volatilidade do *spread* foi bem menor naquela década do que no período anterior; e, em segundo lugar, que, a despeito da forte redução do *spread*, ele ainda se encontra em um patamar bastante elevado.

Em 2009, o Bacen apresentou uma estimativa para o *spread* médio desde 2003, incorporando no segmento livre, as modalidades de cartão de crédito, leasing de veículos e empréstimos de cooperativas, e o segmento de repasses do BNDES, financiamento habitacional e crédito rural.

O *spread* cobrado de pessoas físicas é maior do que o de pessoas jurídicas em razão de três fatores: custo real emprestado às pessoas físicas; índice de inadimplência maior que para as pessoas jurídicas e o mercado de financiamento para pessoas jurídicas é mais concorrencial.

Afonso, Köhler e Freitas (2009) explicam ainda, que em termos de evolução, no período de 2003 ao final de 2007, houve uma queda significativa, de quase 30 pontos percentuais, do *spread* cobrado nas operações com pessoas físicas. Enquanto isso o *spread* cobrado de pessoas jurídicas ficou praticamente estável.

Observa-se que esse mesmo período foi caracterizado por uma série de mudanças no cenário macroeconômico que, de acordo com a literatura, contribuiriam para a queda no *spread*: a economia entrou em trajetória de crescimento, a taxa SELIC caiu e houve melhora das contas públicas. Houve também uma série de avanços institucionais, no sentido de dar maior garantia aos credores. Como exemplo, a aprovação do novo regime falimentar (Lei nº 11.101, de 2005); a ampliação da alienação fiduciária; a possibilidade de penhora eletrônica (BacenJud); a implementação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro, a introdução do patrimônio de afetação e a melhoria do grau de garantia da Cédula de Crédito Bancário.

No período mencionado observa-se que o comportamento por modalidade de crédito, para aquisição de bens para pessoas jurídicas e para o crédito pessoal, caiu de forma significativa, porque, no período, no caso do crédito pessoal, instituiu-se o crédito consignado, que, ao permitir o desconto em folha das prestações do financiamento, aumentou substancialmente a probabilidade de o empréstimo concedido ser efetivamente pago.

Assim, no período em destaque tanto o crédito para pessoas físicas como jurídicas tiveram um *spread* bem diferenciado.

Por fim, se pode destacar que a alta recente do *spread* não é fenômeno exclusivo do Brasil. Com a deterioração das expectativas e aumento do risco, os *spreads* aumentaram em diversos países, como nos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha.

1.5 FATORES DETERMINANTES DE *SPREAD* NO BRASIL

Uma das justificativas usuais para explicar o elevado *spread* brasileiro nas épocas de altas taxas da Selic, é o custo de oportunidade, pois nessas situações torna-se atrativo aos bancos adquirirem títulos do governo, sendo considerados títulos com baixíssimos níveis de risco, ou seja, com retorno garantido. Tal situação origina um reflexo negativo para o tomador de empréstimo, que acaba sendo obrigado a concorrer com o Governo Federal e, por consequência, a pagar mais caro para poder fazer jus ao custo de oportunidade dos bancos, que por sua vez assumem um risco maior ao emprestar para outros que não o governo, como bem inferem Oliveira e Carvalho, 2006:

Os bancos embutem um prêmio de risco suplementar nas margens cobradas para a concessão de empréstimos, além de aumentarem o grau de exigências junto aos mutuários, seja sob a forma de colaterais, seja de prazo de pagamento, já que terão como base o retorno obtido a partir da aquisição de papéis do governo, ativos de risco quase nulo e liquidez e remuneração elevadas. (OLIVEIRA e CARVALHO, 2006, p. 2)

Como enfatizam Costa e Nakane (2004), somente a partir de 1999 o Banco Central do Brasil passou a se preocupar com os determinantes do *spread* bancário brasileiro, isso se deu da necessidade em se identificar e conhecer a composição do *spread* e principalmente reduzir as altas taxas de juros, que fazem com que o crédito seja tão caro até nos dias atuais, prejudicando em muito a expansão do crédito na economia brasileira.

No seguimento dessa preocupação, um estudo realizado pelo BACEN, publicado por meio de relatórios anuais, tem feito análises diversas para entender quais são os determinantes do *spread* brasileiro.

O *spread* bancário é analisado como uma composição de fatores de custo e de margem: custos da contribuição para o sistema de seguro depósito, custo das reservas obrigatórias, custos administrativos, perdas por inadimplência, custos tributários. (COSTA; NAKANE, 2004, p. 9)

Versando a literatura teórica convencional sobre os determinantes do *spread* bancário tem se desenvolvido em torno de duas principais abordagens. Uma se consubstancia no modelo de monopólio, evidenciado no trabalho seminal de Klein (1971) que:

[...] o banco é visto como uma **firma** cuja principal atividade é a produção de serviços de depósitos e de empréstimos por intermédio do emprego de uma tecnologia de produção de serviços bancários, representada por uma função custo do tipo $C(D,L)$.⁵ A atividade da firma bancária se desenvolve, via de regra, num ambiente de mercado que é caracterizado pela presença de concorrência monopolista ou imperfeita, tanto no mercado de crédito como no mercado de depósitos.

Significa dizer que o banco tem poder de monopólio na fixação da taxa de juros em pelo menos um dos mercados em que opera, normalmente o mercado de crédito, comportando-se como um formador de preços (*price setter*). Explicando que o poder de monopólio justifica a escala de operação e as estruturas ativa e passiva do banco, levando em conta que as decisões de um banco individual seriam capazes de afetar as taxas que remuneram os componentes do passivo, assim como aqueles integrantes do ativo bancário. Consequentemente, o *spread* bancário reflete fundamentalmente – nesta abordagem – o "grau de monopólio" do banco, ou seja, a sua competência de cobrar um preço maior do que o custo marginal de produção dos serviços por ele oferecidos.

Nesse preceito, Oreiro (2006) considera que r seja a taxa de juros prevalecente no mercado interbancário, r_l a taxa de juros cobrada dos empréstimos feitos pelo banco, r_d a taxa de juros paga pelos depósitos feitos no banco, α as reservas compulsórias como proporção do volume de depósitos do banco, ε_L a elasticidade-juros da demanda de empréstimos, ε_D a elasticidade-juros da oferta de depósitos, C'_L o custo marginal dos serviços de empréstimos e C'_D o custo marginal dos serviços de depósitos. Supondo que o banco é **neutro ao risco** e que o seu comportamento é pautado pela maximização de lucros, pode-se demonstrar que a margem ótima de intermediação nos empréstimos e nos depósitos é dada por:

$$\frac{1}{\varepsilon_L^*} = \frac{r_L^* - (r + C'_L)}{r_L^*} \quad (1)$$

$$\frac{1}{\varepsilon_D^*} = \frac{r(1-\alpha) - C'_D - r_D^*}{r_D^*} \quad (2)$$

Explicita o autor que as equações (1) e (2) estabelecem que a firma bancária, atuando em condições de concorrência monopolista, fixa os preços de seus serviços de empréstimos e de depósitos de modo a que os **índices de Lerner** sejam iguais ao inverso da elasticidade-juros das funções de demanda de empréstimos e de oferta de depósitos. Daqui se segue que quanto menos sensíveis forem as funções de demanda de empréstimos e de oferta de depósitos a variações da taxa de juros, maior será a margem de intermediação dos bancos, tanto nas operações de empréstimos como na captação de depósitos e, portanto, maior o *spread* bancário.

Uma implicação importante é verificar se num determinado campo geográfico há a eliminação das restrições governamentais, onde os bancos podem contribuir para a redução do *spread* bancário, pois a presença de vários bancos numa mesma região atua no sentido de aumentar o grau de substitubilidade entre os serviços de depósitos oferecidos pelos bancos. Dessa forma, a elasticidade-juros da oferta de depósitos deve aumentar, forçando os bancos a elevar a taxa de juros para a captação de depósitos, como ensina Klein (1971, p. 217). Um resultado semelhante poderia, a princípio, ser obtido por intermédio da eliminação das barreiras legais para a atuação de bancos estrangeiros num dado país.

Se a estrutura de mercado for do tipo oligopolista, quer na concessão de empréstimos como na captação de recursos, então a margem ótima de intermediação dos empréstimos e dos depósitos é dada por:

$$\frac{s}{\varepsilon_L^*} = \frac{r_L^* - (r + C'_L)}{r_L^*} \quad (3)$$

$$\frac{s}{\varepsilon_D^*} = \frac{r(1-\alpha) - C'_D - r_D^*}{r_D^*} \quad (4)$$

Em que: s é o *market share* do n -ésimo banco.

Com base nas equações (3) e (4) podemos verificar que a margem de intermediação do banco nas operações de empréstimo e de captação de depósitos é uma função crescente do *market share* do banco. Desta forma, uma redução do número de firmas bancárias em razão, por exemplo, da ocorrência de um processo de fusões e aquisições de bancos, irá resultar num aumento da concentração bancária e, portanto, num aumento das margens de intermediação. Vê-se que uma das previsões desse modelo é que o *spread* bancário é uma função crescente do grau de concentração do setor bancário como um todo.

Seguindo a análise da segunda abordagem, cujo trabalho seminal é Ho e Saunders (1981), o banco é visto não como uma firma, mas como um simples intermediário entre o tomador final (as firmas) e o prestador último (as famílias). Esta atividade de intermediação está, no entanto, sujeita a dois tipos de incerteza. Em primeiro lugar, existe a incerteza gerada pela falta de sincronização entre depósitos e empréstimos. Esta falta de sincronização impõe um risco de taxa de juros para o banco. Para que possamos entender o porquê disto, consideremos que o banco se defronte com uma demanda inesperadamente alta de empréstimos, demanda esta superior ao volume recebido de depósitos e de suas reservas livres. Neste caso, ele se verá obrigado a financiar a demanda excessiva de crédito no mercado interbancário, incorrendo, assim, num risco de refinanciamento caso haja um aumento da taxa de juros, conforme ensinam Maudos e Guevara (2003, p. 4). Em outro ângulo, se o banco se defrontar com uma oferta inesperadamente alta de depósitos – cuja magnitude seja superior ao volume de empréstimos concedido pelo banco no mesmo período –, ele deverá então aplicar esse excesso de recursos no mercado interbancário. Desta maneira, o banco estará incorrendo num risco de reinvestimento caso haja uma redução da taxa de juros. (*Ibid*, p.4).

Seguindo a análise, temos ainda outra situação onde a atividade de intermediação expõe o banco à incerteza quanto à taxa de retorno dos empréstimos. Esta incerteza decorre do fato de que uma parte dos empréstimos não será devolvida em razão da inadimplência voluntária ou não dos tomadores. O percentual de empréstimos em *default*, contudo, não é uma variável conhecida *ex-ante* pelo banco, que pode apenas estimar uma probabilidade de *default*.

No curso das abordagens de Klein (1971) e Ho e Saunders (1981) existe uma característica que é a suposição de que os bancos têm poder de mercado, ou seja, assume-se em ambas as abordagens que os bancos têm liberdade para fixar o nível da taxa de juros cobrada sobre as operações de crédito e a taxa de juros que é paga sobre a captação de depósitos. No

entanto, ao contrário da abordagem de Klein, é suposto que o banco é um agente **avesso ao risco** na abordagem de Ho e Saunders. Em outras palavras, o objetivo do banco não é a maximização do lucro esperado, mas sim a maximização da utilidade esperada do lucro. Neste contexto, demonstra-se que o **spread ótimo** (s^*) é dado por:

$$s^* = \frac{1}{2} \left(\frac{\alpha_D}{\beta_D} + \frac{\alpha_L}{\beta_L} \right) + \frac{1}{2} \left(\frac{C(L)}{L} + \frac{C(D)}{D} \right) - \frac{1}{4} \frac{U''(\bar{W})}{U'(\bar{W})} \left[(L + 2L_0)\sigma_L^2 + (L + D)\sigma_M^2 + 2(M_0 - L)\sigma_{LM} \right] \quad (5)$$

Em que: α_D é o intercepto linear da função de probabilidade de chegada de um depósito no banco, β_D é a sensibilidade da probabilidade de chegada de um depósito no banco às variações da taxa de juros de captação, α_L é o intercepto linear da função de chegada de um pedido de empréstimo no banco, β_L é a sensibilidade da probabilidade de chegada de um pedido de empréstimo às variações da taxa de juros cobrada sobre as operações de crédito; $C(L)/L$ é o custo médio das operações de crédito; $C(D)/D$ é o custo médio das operações de captação de

depósitos; \bar{W} é o estoque final de riqueza do banco; $-\left[\frac{U''(\bar{W})}{U'(\bar{W})} \right]$ é o grau de aversão absoluta ao risco do banco; σ_L^2 é o desvio padrão da taxa de retorno dos empréstimos (medida do risco de crédito do banco); σ_M^2 é o desvio padrão da taxa de retorno das aplicações/empréstimos no mercado interbancário (medida do risco de taxa de juros do banco); σ_{LM} é a covariância entre o risco de crédito e o risco de taxa de juros; L_0 é o estoque inicial de empréstimos do banco; M_0 é a posição líquida inicial do banco no mercado interbancário.

Com base na equação (5), podemos concluir que os determinantes do *spread* bancário são:

- A estrutura competitiva dos mercados: quanto maior a elasticidade-juro da demanda de empréstimos e da oferta de depósitos (ou seja, quanto menores forem os valores de β_L e β_D), menor será o *spread* ótimo.

- O custo médio operacional do banco: $\left[\frac{C(L)}{L} + \frac{C(D)}{D} \right]$
- O grau de aversão ao risco do banco: $-\left[\frac{U''(\bar{W})}{U'(\bar{W})} \right]$

- A volatilidade da taxa de juros dos empréstimos interbancários: σ_M^2
- O risco de crédito: σ_L^2
- A covariância entre o risco de crédito e o risco de taxa de juros: σ_{LM}
- O tamanho médio das operações de crédito e de depósitos do banco: $(L+D)$.

Oreiro (2006), destaca que um aspecto importante da abordagem Ho e Saunders é que ela abre um espaço para a influência de variáveis macroeconômicas na determinação do *spread* bancário na visão de Saunders e Schumacher (2000, p. 815). De fato, a volatilidade da taxa de juros cobrada sobre os empréstimos realizados no mercado interbancário é reflexo direto da estabilidade macroeconômica do país. Quanto mais instável for a economia de um dado país – por exemplo, quanto maior for a variabilidade da taxa de inflação e da taxa de câmbio –, maior será a volatilidade resultante da taxa básica de juros e, por conseguinte, maior deverá ser o *spread* bancário. Nesse contexto, o *spread* pode ser reduzido por intermédio de políticas macroeconômicas que diminuíssem a volatilidade da taxa básica de juros.

Segundo o mesmo autor a instabilidade macroeconômica pode afetar o *spread* bancário por mais dois outros canais. O primeiro deles é o grau de aversão ao risco. Com efeito, a aversão ao risco dos bancos deve, em alguma medida, refletir a própria instabilidade do ambiente de mercado no qual eles operam. Quanto mais instável for esse ambiente, maior deve ser a aversão ao risco dos bancos. Sendo assim, um país que possua um histórico de grande instabilidade macroeconômica deverá possuir bancos que tenham um elevado grau de aversão ao risco.

Explica ainda que, o segundo canal é a covariância entre o risco de taxa de juros e o risco de crédito. Uma elevada volatilidade da taxa básica de juros deve se traduzir, em alguma medida, numa alta variabilidade do nível de produção real. Neste contexto, os lucros das firmas também deverão apresentar uma grande variabilidade, o que aumenta a probabilidade de *default* nos momentos em que os lucros estiverem abaixo do seu valor esperado. Daqui se segue que a instabilidade macroeconômica se reflete não apenas numa alta volatilidade da taxa de juros, mas também num elevado risco de crédito, ou seja, essa instabilidade gera uma grande covariância entre o retorno dos empréstimos e o retorno das aplicações no mercado interbancário. Com base na equação 5, observa-se que quanto maior for essa covariância, maior será o *spread* bancário.

Assinala finalmente, que é necessária a respeito da equação. O *spread* determinado por essa expressão deve ser entendido como o ***spread bancário puro*** nos preceitos de Maudos e Guevara (2003, p.7). Na prática existem outras variáveis que explicam a margem de intermediação dos bancos, mas cuja incorporação a um modelo teórico é difícil, quando não impossível. Essas variáveis estão relacionadas com os aspectos institucionais e regulatórios da atividade bancária. Daqui se segue que a margem efetiva de intermediação bancária é composta por dois elementos, a saber: o *spread* bancário puro (s^*) e a margem "suja" de intermediação (f), explicada por fatores institucionais e regulatórios.

1.6 COMPOSIÇÃO E DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO

O *spread* bancário é composto de impostos, taxa de inadimplência, as despesas administrativas e a margem líquida (lucro) dos bancos. No curso de 1999 a 2004, houve alterações substantivas na participação de alguns componentes. A conhecida cunha fiscal – impostos diretos e indiretos – permaneceu no mesmo patamar. Assim, a cunha fiscal, representa cerca de 29% da composição do *spread* apesar de ter havido um aumento na participação dos impostos diretos de 14% em 1999 para 19% em agosto de 2003. No entanto, a participação dos impostos indiretos caiu de 11% para 8,2 %.

Como visto o governo brasileiro tem por meta nos últimos anos reduzir o *spread bancário*, mas esta meta não tem sido tão simples, em razão de diversos elementos que o compõem dificultando a missão de redução, onde cada fator econômico influencia na significativa composição do *spread* bancário, impedindo a tão sonhada redução. Desta maneira, a performance do *spread* bancário vem sendo alvo de intensos estudos para identificar mecanismos com o intuito de redução dos custos e visando a expansão do crédito privado no Brasil.

A composição do *spread*, determina a remuneração do capital do banco (ganhos gerados na atividade de intermediação). Depois de apurados os custos, calcula-se o resíduo em relação à taxa cobrada, o que configura o ganho do banco. Na conclusão desses estudos dois itens têm destaque garantido nas discussões judiciais: o custo administrativo e o custo da inadimplência.

No tocante ao cálculo da participação do compulsório na decomposição do *spread*, a questão é de outra envergadura, pois está em jogo a intervenção do BACEN, como meio de regular o mercado, Abraham; Abrahan (2004).

Em 2010 o Banco Central demonstra dados onde a composição vem estampado nos seguintes itens e seus percentuais:

- custo administrativo = 13,5%;
- inadimplência = 37,35%;
- compulsório = 3,59%;
- tributos = 8,09% e
- outros impostos = 10,53%.

Diante disto, a margem líquida dos bancos alcançou 26,93%. Na mesma análise foi constatada que em 2009, portanto, dos 28,4 pontos do *spread* a margem (lucro) das instituições foi de 7,65 pontos percentuais (PAIVA, 2010).

Dentro das pesquisas levantadas pode se exprimir que a cunha fiscal na composição do *spread* bancário inclui taxas, impostos diretos como o IR e CSLL, impostos indiretos como o PIS, COFINS, IOF e FGC e o recolhimento de compulsórios. Além dos fatores de dispêndio dos bancos, há a margem líquida ou lucro do banco, que participa da composição do *spread*.

Portanto, as despesas administrativas, os impostos diretos e o lucro líquido são considerados o *mark-up* das operações de créditos dos bancos.

No que cita Paiva (2010) destaca o fato de que a inadimplência, é o maior risco à composição do *spread* bancário. Isto porque, a insegurança jurídica em relação aos contratos bancários, ao se colocar em risco o recebimento de valores, retrai a oferta de oferta de crédito e aumenta o *spread*, por um lado, comprimindo os custos administrativos das instituições financeiras, engrossando em especial as áreas de avaliação de risco de crédito e a área jurídica; por outro lado, reduz a certeza de recebimento da instituição financeira, mesmo numa situação de contratação de garantias, pressionando o prêmio de risco embutido no *spread*, tudo isso fazendo com que o *Spread* aumente significativamente.

Há que se mencionar que a rentabilidade é outro fator importante na administração dos bancos como conceitua Compton (1990, p. 249).

O conceito de *rentabilidade* demonstra a qualidade com que a instituição administrou seus recursos e a eficácia com que desempenhou seu trabalho. Uma rentabilidade alta

ou em ascendência constitui a única maneira pela qual um banco pode expandir suas operações a longo prazo e induzir os investidores a comprar novas ofertas de suas ações ou títulos de dívida. (COMPTON, 1990, p. 249).

O BACEN (1999, p. 20), esclarece que o risco de crédito é identificado basicamente a partir da capacidade de pagamento do tomador de empréstimo e da situação da conjuntura econômica, definindo que:

O risco de crédito depende, entre outros fatores, do valor e custo da operação, da capacidade econômica do devedor, de sua reputação, da situação da conjuntura econômica (perspectivas de crescimento, estabilidade, etc.), das garantias oferecidas e da estrutura jurídica vigente (perspectivas do recebimento de débitos por via judicial).

Assaf Neto (2011) tece considerações a respeito do risco de crédito, como a possibilidade de não receber os valores prometidos pelos títulos que mantém em sua carteira de ativos:

O risco de crédito é determinado pela possibilidade de as obrigações de caixa de uma dívida não serem corretamente liquidadas. O risco de crédito existe, em outras palavras, pela possibilidade de um devedor deixar de cumprir com suas obrigações financeiras, seja pela inadimplência no principal da dívida, e/ou na remuneração dos juros.

Para Linardi (2008) a inadimplência é um importante medidor econômico e através deste os bancos tem capacidade de avaliar a solidez do sistema financeiro e a previsão do risco de crédito. Outro fator em destaque explicado pela inadimplência é a instabilidade econômica, portanto, é o maior responsável pela volatilidade dos juros e inflação.

A alerta de que um aumento da inadimplência pode acarretar uma diminuição da atividade econômica, é um dos destaques de Tabak et al (2007), desencadeando pela baixa oferta de crédito do sistema bancário, que em situação de risco elevado assume uma postura mais cautelosa nas transações creditícias, afinal, a inadimplência causa uma erosão da rentabilidade dos bancos.

É de conhecimento geral que bancos são totalmente aversivos ao risco, devido a suas obrigações para com seus depositários. É por isso que eles cobram um adicional (prêmio) de risco de crédito, que é associado à probabilidade de ocorrer à inadimplência.

Finalmente, cabe considerar que a inadimplência e seus custos associados são muito elevados no Brasil, levando outros fatores em destaque, por exemplo: os processos judiciais que duram em média 10 anos; ausência de informações confiáveis (cadastro positivo) amplia o risco de inadimplência contribuindo para a elevação do spread; a dificuldade e demora na

recuperação de valores emprestados e garantias levam a riscos adicionais aos emprestadores e também ajudam a inchar os *spreads*.

Conforme instrumentos do Banco Central a decomposição do spread se dá em cinco componentes, citado por Afonso, Köhler e Freitas (2010): custo administrativo, inadimplência, custo do compulsório, tributos e taxas e resíduo:

a) custo administrativo: refere-se aos custos com os insumos utilizados pela indústria bancária: capital físico, trabalho, recursos operacionais e depósitos. Vê-se que a apropriação desses custos não é algo trivial. Os bancos oferecem diferentes serviços, e a forma como os custos são alocados para cada atividade influenciará na decomposição do *spreads*;

b) inadimplência: equivale a 20% das provisões para devedores duvidosos, calculadas de acordo com as regras de provisionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

c) custo do compulsório: de acordo com o Banco Central, corresponde ao custo de oportunidade que os bancos incorrem em deixar parte dos depósitos à vista e a prazo depositados no Bacen, com rendimento inferior ao que obteriam caso pudessem emprestar os recursos;

d) tributos e taxas: incluem tributos indiretos, como IOF, PIS, COFINS e ISS, além do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

e) resíduo: corresponde à diferença entre o *spread* total e a soma dos quatro componentes anteriores. Pode ser utilizado como indicador da margem auferida pelo banco, embora inclua outros fatores, como erros de mensuração e, argumenta-se, subsídios cruzados, decorrentes da limitação de juros imposta nos empréstimos com recursos direcionados (como crédito rural e repasses do BNDES), que induziriam os bancos a recuperar o baixo lucro dessas operações com um lucro maior nas operações em segmentos livres.

Desta maneira, entre os itens acima tem-se que quanto maior o compulsório, maior será o *spread*, onde as alíquotas mais elevadas de compulsório implicam menor oferta de crédito.

1.7 DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS

Muito se discute a redução dos depósitos compulsórios, assim como sua interação com outros instrumentos e objetivos da política monetária. Esse é um caminho promissor para o amadurecimento do debate, mas ele precisa ser ampliado. É importante mudar a percepção de

que uma política fiscal expansionista não impõe limites à condução da política monetária e, conseqüentemente, ao aprimoramento da política creditícia. É imprescindível também reconhecer que o nível anômalo do *spread* no Brasil reflete tanto a deficiência de nossos arranjos institucionais, quanto a maneira descoordenada com que temos buscado aprimorá-los.

A necessária redução dos *spreads* bancários exige uma série de medidas que devem ser avaliadas e executadas de maneira concomitante.

Assaf Neto (2011), especifica que “*Os recolhimentos compulsórios* representam o percentual incidente sobre os depósitos captados pelos bancos (bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas) que devem ser colocados à disposição do Banco Central”.

Assim, esta modalidade é considerada um instrumento de controle monetário bastante eficiente. Estes poderão incidir além dos depósitos a vista como os diferentes tipos de depósitos a prazo e de poupança.

A existência de progressividade sobre os recolhimentos compulsórios sobre os depósitos bancários é uma importante característica da regulamentação brasileira. Em 2004, vigorava por exemplo, a exigibilidade de recolhimento compulsório e encaixe obrigatório de 45% sobre os recursos à vista. Do saldo dos recursos à vista, porém, deveriam ser deduzidos 44 milhões de reais para se obter a base de cálculo para a aplicação de tal alíquota. Além disso, estavam isentas as instituições que apresentassem exigibilidade de recolhimento sobre os recursos à vista inferior a R\$ 10.000,00, tanto em Março de 2004 como em Setembro de 2000.

Constata-se também a existência de progressividade do recolhimento compulsório e de encaixe obrigatório sobre os depósitos a prazo assim como na exigibilidade adicional sobre os depósitos.

O aperto monetário se dá também por meio de depósitos compulsórios. Diferentemente do que ocorre em outros países, os bancos brasileiros não podem vender todo o dinheiro que compram. Eles têm que deixar uma parte dos recursos que administram aos cuidados do BC. O compulsório bloqueia 53% do valor dos depósitos à vista - o saldo das contas correntes. Até dezembro de 2005, os bancos tinham também que guardar em Brasília 23% dos seus depósitos a prazo - Certificados de Depósito Bancário (CDB), por exemplo.

Na maioria dos países não há depósitos compulsórios. No Brasil, esses instrumentos visam impedir que os bancos emprestem dinheiro demais e que a economia se aqueça, provocando inflação. O dinheiro amarrado nos depósitos compulsórios ajuda a tirar da

economia o capital que poderia financiar empresas que querem produzir mais e consumidores que querem comprar mais, alocando-o quase que exclusivamente para tapar os buracos orçamentários do governo. Resumo da ópera: a primeira mais importante razão para o dinheiro custar tão caro no Brasil é o estômago sem fundo do governo, que draga a poupança nacional para cobrir seus déficits.

As instituições financeiras alegam que um dos fatores que faz com que o *spread* bancário não seja reduzido de forma mais significativa é que a taxa do compulsório é elevada, portanto, reduz a margem de manobra das instituições em relação aos serviços e produtos oferecidos, especificamente o crédito. Além, é claro, da indicação da taxa de inadimplência como um dos fatores da manutenção do *spread* em nível elevado.

Em 2003 os depósitos compulsórios foram aumentados totalizando uma das razões R\$ 125,536 bilhões. A tributação sobre operações bancárias teve ascensão, contrariando as intenções de baixar o *spread*.

Para os economistas além da redução no compulsório, é necessário diminuir o volume dos recursos direcionados e os impostos diretos e indiretos.

Em 2007, os depósitos compulsórios continuaram ainda em níveis bastante elevados, se comparados à evidência internacional. O Banco Central continuou centrando esforços no sentido de reduzir gradualmente os depósitos compulsórios, na medida da continuidade dos bons resultados fiscais e do controle da inflação.

Conforme dados do Banco Central em 2008, houve queda da parcela do depósito compulsório caindo de 3,8% para 1,1% no período que coincide com a forte redução dos depósitos como forma de aumentar a oferta de recursos disponíveis no mercado em meio à crise.

Naquele ano o *spread* bancário foi composto da seguinte forma: 13,2% pelo custo administrativo, 35,7% por inadimplência, 1,1% por compulsório, 8,5% por encargos fiscais (impostos e Fundo Garantidor de Crédito), 13,18% de impostos diretos e 28,26% de margem do banco (NAKAGAWA, 2009).

Seguindo análise das premissas básicas com esteio na média do ano de 2008 apurou-se os dados a seguir:

1. Custo de carregamento da dívida da União: 13,56% ao ano (Fonte: Ministério da Fazenda).

2. Percentual do depósito compulsório total (remunerado e sem remuneração): 70,13% (Fonte Banco Central).

Ressalta-se que o *spread* bancário é composto das seguintes despesas: administrativa, inadimplência, custo com depósito compulsório sem remuneração, tributos, impostos, taxas e lucro. O percentual varia em função de cada tipo de operação, bem como de banco para banco, o que fez com que o juro de mercado tenha variado, no ano de 2008, da média de 68% ao ano até 174% ao ano para cheque especial.

Neste condão diante dos diagnósticos de baixar os “spreads”, é uníssona a opinião que a redução ou a eliminação dos depósitos compulsórios, a redução do crédito direcionado, a racionalização da tributação, melhorias na execução dos contratos e uma política econômica consistente com juros básicos estruturalmente baixos, seja razoável para a tão esperada baixa do *spread*.

Naquele período houve entendimento que zerar os compulsórios, seria uma medida equivocada, garantindo, apenas o aumento do lucro dos bancos (CAMPANA, 2009). Contudo, o histórico mostra que, no período de redução do compulsório, o *spread* não caiu. O BC liberou cerca de R\$ 110 bilhões, de R\$ 250 bilhões retidos. Concluindo-se que a queda na Selic não era suficiente para reduzir os *spreads*, e defendeu-se um depósito compulsório menor.

Segundo Boletim do Banco Central de 2009 revelou um recolhimento obrigatório de 42% sobre os recursos a vista (dinheiro em conta corrente), 15% sobre depósitos a prazo, 13,5% sobre poupança rural e 20% sobre outras modalidades de depósitos de poupança.

Conforme explicita o Assaf Neto (2011) uma redução das taxas dos depósitos compulsórios libera recursos para a atividade econômica, aumentando o fluxo dos meios de pagamentos com redução do custo de crédito.

Historicamente, conclui-se que o compulsório é visto como um instrumento que permite ter certeza que os bancos tenham liquidez suficiente em caso de uma retirada maciça de depósitos. Junto com a taxa de juros e as operações de mercado aberto, a taxa do compulsório é, na maioria das economias, um instrumento de política monetária que pode estimular o crescimento econômico ou contê-lo para preservar a taxa de inflação em um nível aceitável.

Desta forma, há que se concluir diante dos estudos aferidos que o recolhimento compulsório menor libera mais recursos na economia, elevando a oferta do dinheiro e reduzindo em consequência, a taxa de juros cobrada.

1.8 RISCOS DAS OPERAÇÕES

Os bancos assumem riscos significativos ao se exporem como intermediários financeiros. Na busca da maximização de lucros através da concessão de crédito, os bancos devem administrar cada risco pelo qual está exposto para garantir sua solidez. Carvalho et al (2000, p.269), aborda a preocupação dos bancos em garantir liquidez:

Com a crescente diversificação da atividade bancária, o banco se torna crescentemente especializado na administração dos riscos que podem afetar seus rendimentos. Ao mesmo tempo, sua especificidade em relação a outras instituições financeiras tende a desaparecer. Como administrador de riscos em geral, um banco comercial se distingue cada vez menos de um banco de investimento, de uma companhia financeira ou de uma cooperativa de crédito. Sua especificidade repousa no caráter único do seu passivo marcado pela existência de dívidas a vista e pela necessidade que isto coloca do estabelecimento de uma estratégia de defesa (*hedge*) que enfatize a disponibilidade de, ou a facilidade de acesso a, meio circulante. Assim, as reservas em moeda ou em ativos de alta liquidez, apesar de seu baixo rendimento, são características intrínsecas a s estratégias de *hedge* dessas instituições. A preocupação com liquidez é, assim, inerente a natureza da instituição bancária.

No que diz respeito aos riscos como expoente fator temido pelos bancos, há destaque para os principais riscos:

- Risco de Crédito: é a probabilidade de o banco não conseguir reaver o capital emprestado;
- Risco de Taxa de Juros: é o risco dos rendimentos e dos ganhos ligados às mudanças nas taxas de juros. Um banco, por exemplo, em um momento de elevação desta taxa, terá seus lucros reduzidos caso tenha mais passivos com taxas flutuantes do que ativos;
- Risco de Liquidez: refere-se à possibilidade de não encontrar fontes de financiamento de curtíssimo prazo no momento necessário;
- Risco de Mercado: é um risco acarretado pelos investimentos e ligado às condições, muitas vezes instáveis, do mercado e da procura pelos títulos no momento que o banco precise negociá-los;
- Risco de Câmbio: Surge do fato de que as taxas cambiais monetárias estão sujeitas à mudanças decorrentes da economia do país e de sua estabilidade, ou não, política;

- Risco Operacional: É a probabilidade de perda direta ou indireta resultante de inadequação ou falhas do processo interno da empresa, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Assaf Neto (2011) destaca ainda, os riscos: Soberano e Legal.

O Risco de Crédito é a possibilidade de uma instituição financeira não receber os valores (principal e rendimentos e juros) prometidos pelos títulos em sua carteira de ativos recebíveis, assim tem-se a seguinte explicação sobre este tipo de risco:

O risco de crédito é determinado pela possibilidade de as obrigações de caixa de uma dívida não serem corretamente liquidadas. O risco de crédito existe, em outras palavras, pela possibilidade de um devedor deixar de cumprir com suas obrigações financeiras, seja pela inadimplência no pagamento do principal da dívida, e/ou na remuneração dos juros. (ASSAF NETO, 2011).

Buscou-se estabelecer medidas e regras de dimensionamento do capital dos bancos fixadas pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), em 1988, voltados a reduzir a crescente exposição do risco das instituições financeiras. Uma delas é a diversificação dos ativos de crédito. Uma carteira bem diversificada pode reduzir a inadimplência e, conseqüentemente o seu risco a um nível mínimo.

O risco de crédito é explicado pelas seguintes origens:

- não pagamento da dívida por parte do devedor;
- transações de instrumentos de crédito nos mercados futuros e de opções;
- risco legal que envolve o compromisso das partes com a estrutura legal do contrato, legislação do país, entre outras;
- risco de país que deriva principalmente de aspectos regulatórios, políticos e econômicos;
- carteira de crédito com baixa diversificação, elevando o risco pela concentração dos contratos em termos de perfil do devedor, setor de atividade ou região.

Risco de taxa de juros consiste no risco de perdas em função de oscilações observadas nas taxas de juros. Por exemplo, títulos com vencimentos de longo prazo demonstram maior sensibilidade às oscilações de juros, apresentando, portanto, maior risco (COPLANA, 2012).

O vencimento do título, contudo, é uma medida limitada de mitigação do risco de taxa de juros, pois considera, apenas, o prazo de resgate do principal, ignorando os pagamentos intermediários de juros (cupons).

Desta maneira, a medida de mitigação de risco de taxa de juros mais apropriada é a gestão do prazo médio ponderado pelos valores presentes dos fluxos de caixa futuros (duration), uma vez que considera o pagamento do principal e das parcelas intermediárias de juros.

O Risco de Liquidez está associado com disposição imediata de caixa diante de demandas por parte dos depositantes e aplicadores (titulares de passivos). Quando os recursos de caixa disponíveis são minimizados por não produzirem retorno de juros, o risco de liquidez aumenta pela possibilidade de retiradas imprevistas dos depositantes. Assim, deve a instituição ter flexibilidade de poder captar recursos adicionais no mercado.

Em outra esfera, diante da instabilidade de mercado ou mesmo de avaliação negativa da instituição, podem ocorrer solicitações de saques em montante superior ao normal, deflagrando uma efetiva crise de liquidez. Nesses casos, o custo de captação dos bancos para cobrir essas retiradas imprevistas, elevando a retração de oferta de fundos aos bancos.

O risco de liquidez se estabelece quando não for possível a um banco concretizar uma negociação, pelos preços vigentes, em razão da operação exceder o volume comumente praticado.

Deste modo, a liquidez mede a facilidade com que um ativo se converte em caixa a qualquer momento. A liquidez de um banco é determinada pelos fundos mantidos disponíveis em caixa voltados a atender todos seus pagamentos.

O Bacen controla a liquidez bancária através da definição de seus percentuais de depósitos compulsórios que devem ser mantidos indisponíveis na instituição.

O Risco de Mercado está relacionado com o preço que o mercado estipula para ativos e passivos negociados pelos intermediários financeiros, ou melhor, com o comportamento verificado no preço de um bem no dia a dia. O risco pode ser ganho ou perdido quando da aplicação em contratos e outros ativos diante de mudanças em seus preços de negociação.

Explicando melhor, o risco de mercado pode ser entendido como as chances de perdas de uma instituição financeira em decorrência do comportamento adverso no índice de inflação, taxa de juros, indicadores de bolsas de valores, preços de commodities, etc.

O Risco de Câmbio surge quando há uma aplicação no exterior, e verifica-se a tendência da moeda desse país se desvalorizar em relação à moeda de sua economia, determinando um retorno menor na operação, este chamado também de risco de variação cambial.

Portanto, para se proteger deste risco, a instituição financeira deve procurar trabalhar com ativos e passivos da mesma moeda. O descasamento de moeda de ativos e passivos sugere um risco cambial, da mesma maneira que o descasamento de prazo expõe um banco ao risco de variação de taxas de juros.

O Risco Operacional sua gestão pode ser entendida como um processo de mediação e controle dos riscos presentes nas atividades normais de uma organização, envolvendo pessoas, sistemas e padrões de controle.

Esta é uma modalidade de risco de perdas (diretas ou indiretas) determinadas por erros humanos, falhas nos sistemas de informações e computadores, fraudes, eventos externos, entre outras. Portanto, é a perda estimada caso a gestão de riscos não atinja seu objetivo de evitar perdas. Desta forma, este risco pode se originar em três segmentos: pessoas, processos e tecnologia.

O Risco Soberano é um tipo de risco que um investidor corre ao aplicar seus recursos em país estrangeiro, com proibições e limitações internas legais dos residentes em fazer qualquer pagamento a credores externos, de principal e juros, que também, acabam envolvendo outros riscos:

- risco de crédito do tomador da aplicação;
- risco soberano da economia do destino dos recursos.

Mesmo havendo qualidade boa de crédito do tomador o risco soberano elevado pode inviabilizar a operação.

Há o Risco Legal que vincula a falta de uma legislação mais atualizada e eficiente com relação ao mercado financeiro com um eventual nível de desconhecimento jurídico na realização dos negócios. Tem também, a falta de padronização jurídica e termos nos contratos financeiros elaborados em diferentes países, o que dificulta as transações internacionais.

Diante disto, o risco é um fator natural de atividade de intermediação financeira, e este deve ser sempre associado ao retorno. Sem risco não há retorno, e todo retorno envolve incorrer em risco. Permanece, assim, a preocupação dos bancos em se protegerem desses riscos, através de uma enorme quantidade de novos instrumentos financeiros voltados para o seu gerenciamento.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 MÉTODOS

Para ter uma idéia do que se busca diante do tema que envolve o *spread bancário* dentro dos parâmetros do Banco Beta listados pelo BCB (2011), aplicando um estudo de caso, trazendo uma análise dos componentes de taxas de juros praticados na instituição financeira que envolvem pessoas jurídicas e físicas especialmente, no período de 2007 a 2011.

É dada ênfase à completa descrição e ao entendimento do relacionamento dos fatores de cada situação, não importando os números envolvidos (BOYD & STASCH, 1985).

A pesquisa neste âmbito tem caráter qualitativo, como bem ensina Maanen (1979), acerca da importância da pesquisa qualitativa, destacando que o objetivo desta é traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; reduzindo a distância entre indicador e indicado, teoria e dados, contexto e ação.

A pesquisa qualitativa faz emergir aspectos subjetivos e atinge motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. São usadas quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para sua interpretação, qual seja, a análise da relevância dos lucros bancários no contexto do *spread bancário*.

Enfatiza Godoy (1995, p.25), que este tipo de metodologia visa o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular. O mesmo autor ainda ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos. Assim, o estudo de caso pressupõe algumas etapas.

Como esclarece Gil (2004, p. 137-142), inicia-se o planejamento do estudo de caso pela formulação do problema. A pesquisa deve procurar responder a um questionamento sobre um determinado fenômeno. Assim, a escolha do caso para análise deve ser motivada por uma questão que pretende-se responder por meio do seu estudo e não o contrário, embora muitos imaginem erroneamente que a simples escolha de uma situação já se traduza na formulação do objeto.

Young apud Gil (1996) define o método estudo de caso como:

Um conjunto de dados que descrevem uma fase ou totalidade do processo social de uma unidade em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação.

A aplicação do método de estudo de caso como um modo de investigação exige que haja um conhecimento suficiente sobre o objeto de estudo para que se determine sobre a possibilidade de método ser exequível no estudo do mesmo. Haja vista que o estudo de caso possui na coleta de dados um procedimento mais acessível de uso de recursos menos sofisticados, porém encontra-se dificuldade em determinar quais quantidades de dados que permitem a compreensão do todo.

Para Triviños (1995) o estudo de caso é o mais relevante tipo de pesquisa qualitativa, sendo que o mesmo indica cinco características para a pesquisa qualitativa com base nas sugestões de Bodgan, que serão encontradas nesta pesquisa, quais sejam:

- A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave;
- A pesquisa qualitativa é descritiva;
- Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto;
- O significado é a preocupação essencial da abordagem qualitativa.

A opção pelo estudo de caso nesta pesquisa foi possível levantar a partir dos dados da composição do spread bancário e detectar a grande dificuldade dos agentes financeiros em buscar a redução em detrimento dos itens que o compõem, e ainda, dimensionar o amplo e detalhado conhecimento do assunto, que move a economia do país.

Mesmo a incessante busca governamental em redução o *spread* bancário há ainda, um caminho longo a ser atravessado para o alcance desse objetivo.

O que se busca, contudo, é identificar se realmente os bancos detem a margem de lucro líquido num patamar excessivo, ou se com o embute das taxas, inadimplência e outros fatores, reduzem a referida margem.

No âmbito do banco analisado buscou levantar as linhas de crédito mais usadas no período de 2007 a 2011 para pessoas jurídicas e físicas, se as transações propiciaram na

diminuição do valor da taxa, e propiciou na busca de transações bancárias, e declínio do *spread bancário*.

2.2 ANÁLISE DE DADOS

O presente estudo vislumbrou nas esferas do Banco Beta, os serviços de linhas de crédito propostos às pessoas jurídicas e físicas, dentro das normas do Banco Central do Brasil (Link) investigando as questões atinentes ao *spread* no curso de 2007 a 2011, que consolidou numa queda em razão dos valores baixos da SELIC.

Conforme dados levantados no Banco Beta, este utiliza as fontes de recursos da Poupança, Depósitos à Vista, Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, Tesouro Nacional, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira-Funcafé e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste FCO em financiamentos rurais com taxas reduzidas. Para tornar essa intermediação viável, o Tesouro Nacional e o Fundo Constitucional pagam ao Banco, na forma de equalização, a diferença entre o valor cobrado do tomador do crédito e o custo da captação, o risco de crédito, os custos administrativos e tributários e a rentabilidade do Banco.

Adicionalmente, são estabelecidos fatores de ponderação para os financiamentos contratados com recursos de depósitos à vista e de poupança. Fator de Ponderação é um multiplicador aplicado sobre determinadas operações de crédito rural para fins de cumprimento das exigibilidades bancárias. Tal instrumento confere rentabilidade ao Banco Beta mediante a liberação de recursos para o caixa (remuneração TMS). Cabe destacar que o fator de ponderação do exercício de 2011 foi recalculado, como parte do refinamento do processo de geração de informações do Banco.

O Banco oferece linhas de crédito para pessoas físicas e jurídicas, estendendo também operações no agronegócio, e com a utilização das fontes de recursos da poupança, depósitos à vista, FAT, Tesouro Nacional, Fundo de Defesa e o Fundo Constitucional de Financiamento, contribuíram na redução nas taxas.

Deste modo, avaliando os dados do Banco Beta no curso do 4º semestre de 2011, foi constatada a margem gerencial proveniente de operações de crédito e depósitos. No cálculo de cada linha faz-se a diferença entre a receita/despesa financeira e o respectivo custo/receita de oportunidade de cada linha, por exemplo: TMS, Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou Taxa

Referencial de Juros (TR) e diante da equalização dos recursos do Banco Beta, foi possível ter no curso de 2007 a 2011 a redução do *spread*, satisfazendo a necessidade dos aplicadores e tomadores de crédito.

3 RESULTADOS

Conforme instruções do Banco Central do Brasil (2011), quanto as taxas de juros estabelece o critério de que:

As taxas de juros de cada instituição financeira representam médias geométricas ponderadas pelas concessões observadas nos últimos cinco dias úteis, período esse apresentado no ranking de cada modalidade de operação de crédito. Como, em geral, as instituições praticam taxas diferentes dentro de uma mesma modalidade de operação de crédito, a taxa média pode diferir daquela cobrada de determinados clientes. Nesses casos, o cliente deve procurar a instituição financeira respectiva para obter maiores esclarecimentos.

O BCB (2011) esclarece que os juros efetivos mensais são formados pela capitalização das taxas efetivas/dia informadas pelas instituições financeiras, pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso o vencimento ocorra em dia não útil, considerar-se-á o primeiro dia útil subsequente.

A taxa de juros total representa o custo da operação para o cliente, sendo obtida pela soma da taxa média e dos encargos fiscais e operacionais.

Os encargos fiscais representam o custo do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro (IOF) incidente nas operações de crédito. Diversos fatores como o prazo da operação, a clientela a quem se direciona o crédito e o financiamento deste encargo pelas instituições financeiras explicam a variação observada nos valores apresentados. Além disso, para cada modalidade, os valores dos encargos fiscais são médias geométricas ponderadas pelas concessões realizadas no período.

As taxas mínimas e máximas buscam espelhar a política operacional da instituição em cada linha de crédito. A taxa mínima divulgada para cada modalidade é a menor das taxas mínimas observada no período de cinco dias úteis e a taxa máxima a maior das taxas máximas observada para o mesmo período.

Em geral, existe uma relação inversa entre as taxas de juros e os volumes das operações de crédito, em função das garantias envolvidas na operação. Grandes operações tendem a

apresentar taxas mais baixas, enquanto as operações de pequeno valor, sem a exigência de garantias, tendem a apresentar taxas mais elevadas

Um dos objetivos do Banco Beta, foi permitir que a Margem Financeira registrada no período analisado refletisse efetivamente, no ganho de todos os ativos rentáveis, buscando informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa Margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal foi necessário:

- I - Integrar, na Margem Financeira, as rendas com características de Intermediação Financeira contabilizadas em Outras Receitas Operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de Outros Créditos do Balanço Patrimonial;
- II - Identificar, em item específico dentro da Margem Financeira, o Ganho (Perda) Cambial, no período, sobre os Ativos e Passivos no Exterior (PL);
- III - Manter na Margem Financeira valores relativos a reajustes cambiais negativos que foram contabilizados em Outras Receitas / Despesas Operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
- IV - Identificar e anular os efeitos de operações de Hedge Fiscal, contratadas a partir do 4T08, sobre a Taxa Efetiva de Imposto e sobre a Margem Financeira.

3.1 MODALIDADES DE CREDITO

O BCB estabeleceu diversas modalidades de crédito, que a rigor o Banco Beta oferece aos seus clientes, leia-se pessoa jurídica, com o trabalho de estabelecimento de taxas acessíveis:

- a) Hot Money/capital de giro: operação de curtíssimo prazo, com recursos destinados para financiamento de capital de giro, onde as empresas cobrem despesas imediatas de folha de pagamento e encargos fiscais;
- b) conta garantida: operação que disponibiliza determinado valor limite cobrindo eventuais necessidades que ultrapassam o saldo em conta;
- c) desconto de duplicata ou notas promissórias;
- d) aquisição de bens;
- e) capital de giro; e
- f) operação de financiamento de vendas, considerada vendor.

No Brasil, o termo hot money, amplamente empregado por bancos comerciais, por extensão de sentido aplica-se também a empréstimos de curtíssimo prazo (de 1 a 29 dias). Esses empréstimos têm a finalidade de financiar o capital de giro das empresas para cobrir necessidades imediatas de recursos, sem contrato de empréstimo de caráter complexo.

A conta garantida oferecida pelo Banco Beta, é um crédito estabelecido para ser utilizado de acordo com a necessidade da sua empresa, estende a possibilidade de amortização do capital em qualquer dia útil do mês. Tem por vantagens a utilização dos recursos de forma simples e rápida, possibilidade de reutilização dos valores amortizados, opção por encargos prefixados ou posfixados com base no CDI, reposição dos valores utilizados de acordo com as suas disponibilidades, dentro do prazo de vigência do contrato, os encargos são pagos mensalmente e o cliente escolhe o dia de pagamento, e tem por prazo de operação de 360 dias, podendo ser renovada de forma automática e sucessiva.

O desconto de duplicata (títulos) traz para o cliente do Banco Beta comodidade para vender e facilidade para receber. O cliente não precisa se preocupar com o recebimento de suas vendas a prazo, com taxas de juros atrativas e envio dos títulos por meio eletrônico.

O Banco Beta, estende a linha de Capital de giro para atender as necessidades de capital de giro específicas de uma empresa, considerando seu fluxo financeiro. Sendo este uma linha de crédito sob medida, ajustável ao fluxo financeiro e às sazonalidades de sua organização, além disto, tem outras vantagens que é a escolha de data de pagamento dos encargos e capital, flexibilidade em adequar as condições do empréstimo à capacidade de pagamento, a possibilidade de escolha da forma de correção dos encargos, com base na CDI e o prazo negociado.

A operação de financiamento de vendas, considerada vendor, é baseado na cessão de crédito, que permite a uma empresa vender seu produto a prazo e receber o pagamento à vista. É uma modalidade de financiamento de vendas para empresas, na qual quem contrata o crédito é o vendedor do bem, mas quem paga o crédito é o comprador.

No que diz respeito às modalidades de empréstimos à pessoa física;

- a) cheque especial;
- b) crédito pessoal;
- c) aquisição de bens – CDC e veículos.

Na modalidade de cheque especial, o cliente conta com um limite de crédito pessoal vinculado à sua conta corrente para cobertura de saldo devedor. Basta a assinatura no contrato de adesão e verificar o limite no extrato da sua conta. O Banco Beta oferece o benefício de 10 dias sem juros no cheque especial.

O cliente do Banco Beta, tem a facilidade e comodidade de contratar crédito, seja por meio de terminais de autoatendimento, Internet ou nos próprios estabelecimentos comerciais. O Banco disponibiliza e o cliente/mutuário aceita os valores de referência sujeitos a confirmação na data da efetivação da operação, observadas as normas operacionais de crédito e análise cadastral pelo banco destinado aos clientes que recebam salário ou benefício previdenciário por intermédio do banco e/ou detentores de contas correntes.

3.2 SPREAD E AS TAXAS

Centrando nas medidas adotadas que permeia a redução do spread bancário no país, o Banco Central do Brasil iniciou, em outubro de 1999, a divulgação das taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras nas operações de crédito realizadas com recursos livres. As informações são segregadas de acordo com tipo de encargo (prefixado, posfixado, taxas flutuantes e índices de preços) e com a categoria do tomador (pessoas físicas e jurídicas), adiante demonstra o período de 2009 a 2011:

Tabela 2 – Taxa de Juros – Operações de Crédito

Pessoa Física	12/2009	12/2010	12/2011
Cheque Especial	7,75	8,17	8,73
Crédito Pessoal	2,33	3,09	2,77
Aquisição Veículos	1,52	1,78	1,81
Aquisição de Bens	1,68	1,90	1,89
Pessoa Jurídica			
Desconto Duplicata	2,06	2,33	1,99
Conta garantida	4,75	4,36	5,03
Aquisição de bens	1,47	1,60	1,75
Capital de Giro Flutuante	1,15	1,59	1,30

Fonte: Instituições Financeiras, Banco Beta (BCB)

O BCB (2012) esclarece que as taxas anuais são calculadas elevando-se a média geométrica das taxas mensais a 12 (meses). Adicionalmente às informações de taxas de juros,

são divulgados também os spreads médios de cada modalidade de crédito, que representam o resultado da diferença entre as taxas das operações de crédito e os custos referenciais de captação, calculados a partir da taxa dos CDB - Certificados de Depósitos Bancários, para as modalidades com prazo em torno de 30 dias, e das taxas dos contratos de *swaps* DI x Pré com prazos similares aos prazos médios das demais modalidades.

Cabe considerar que a inadimplência e seus custos associados são muito elevados no Brasil, levando outros fatores em destaque, por exemplo: os processos judiciais que duram em média 10 anos; ausência de informações confiáveis (cadastro positivo) amplia o risco de inadimplência contribuindo para a elevação do spread; a dificuldade e demora na recuperação de valores emprestados e garantias levam a riscos adicionais aos emprestadores e também ajudam a inchar os *spreads*.

Tabela 3 – Taxa das operações

Préfixado – Pessoa Jurídica – Tx. a.a

Aquisição de Bens	19,55
Conta Garantida	91,17
Capital de Giro	22,51
Desconto promissória	38,45
Desconto duplicata	29,66
Vendor	24,73

Prefixado – Pessoa Física – Tx. a.a.

Crédito Pessoal	37,58
Cheque Especial	160,49
Aquisição de Veículos	1,73
Aquisição de outros bens	2,19

Fonte: Instituições Financeiras, BCB

Note-se que as operações que mais tiveram busca foram as de aquisição de veículos e outros bens, em razão da oferta atrativa da taxa.

Apresentando um comparativo do cenário do *spread* em 2008, é detectado uma redução, dentro da política proposta pelo Banco Beta.

Tabela 4. Principais Indicadores do Resultado

Indicadores - %	4T07	3T08	4T08	2007	2008
Spread Global	7,8	7,2	7,3	7,6	7,1
Despesas de PCLD sobre Carteira	3,7	3,5	3,6	3,7	3,6
Índice de Eficiência	49,9	45,4	45,7	46,2	45,3
RSPL Recorrente	23,6	33,6	24,5	26,1	24,7
Taxa Efetiva de Imposto	28,8	18,6	20,1	29,7	22,6

Fonte: Banco Beta, 2008

Tabela 5. Spread anualizado

%	4T07	3T08	4T08	2007	2008
Operações de Crédito	10,3	9,4	9,8	10,3	9,3
Pessoa Física	26,6	22,0	21,6	25,4	21,0
Pessoa Jurídica	6,9	6,6	7,3	6,9	6,7
Agronegócios	5,8	5,2	5,6	6,3	5,1
Demais	3,7	5,2	5,6	6,3	5,1
Spread Global	7,8	7,2	7,3	7,6	7,1

Fonte: Banco Beta, 2008

Em 2009, encontram-se taxas anualizadas, onde o spread global (Margem Financeira Bruta sobre Ativos Rentáveis médios) encerrou o 4T09 em 6,7%, mesmo patamar observado no trimestre anterior e inferior ao índice de 7,2% observado no 4T08 (Tabela 4). Na comparação entre os fluxos anuais, o spread também apresentou redução, de 7,0% em 2008 para 6,7% em 2009.

Diversos fatores afetaram o spread global do Banco Beta, entre eles:

- A consolidação do Banco Nossa Caixa, que por possuir uma expressiva base de depósitos de baixo custo (depósitos judiciais), apresentava spread superior ao do Banco Beta;
- A queda da taxa básica de juros, que reduziu a remuneração da carteira própria de TVM;
- A alteração no mix da carteira de crédito, com aumento da participação relativa de operações com menor risco associado e, portanto, menor spread (como o crédito consignado e o financiamento a veículos);
- O crescimento das aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem menor *spread*, em ritmo superior ao do total de ativos;

- A consolidação da participação de 50% no capital de banco concorrente, que apresenta *spread* global inferior ao do Banco Beta, por não possuir uma base de depósitos de baixo custo e por atuar em segmentos caracterizados por menor risco e, portanto, menor *spread*.

Sabendo que o *spread* bancário tem sua medição pela diferença entre o custo de um empréstimo e a remuneração paga ao poupador, outros fatores também contribuem para o forte cenário de alta do *spread*, como a liquidez, risco de operação e garantias oferecidas e maturidade.

Dos fatores que interferem no *spread bancário* como mencionados, tem-se que as causas efetivamente estruturais do elevado "spread" sendo:

- a) a denominada "cunha fiscal", pouco é alterada, apesar de seu perverso efeito para o tomador de empréstimos, por razões de política fiscal do governo, ainda que traga mais prejuízos do que benefícios ao país ao longo do tempo, em decorrência do inevitável agravamento dos custos de produção.
- b) o próprio custo de administração da intermediação financeira, que diz respeito à estrutura operacional do sistema, elevado ainda, mas que vem sendo objeto de ajuste nos últimos anos, quer pela simplificação dos procedimentos, pela desregulamentação, ou pelo acirramento da concorrência observado pelo ingresso de novos agentes no mercado nos últimos anos e
- c) a taxa de risco na concessão do crédito. Dos vários fatores que a compõem, um deles indubitavelmente, merece destaque, qual seja a dificuldade proporcionada pelo sistema jurídico-legal brasileiro no que se refere à recuperação de créditos sinistrados.

Merece destaque, portanto, a tão conhecida inadimplência, sendo a causa mais perversa que envolve o sistema financeiro.

Conforme largamente explorado anteriormente no que diz respeito as taxas, inseridas nas diversas operações o Banco Beta, buscou no período de 2010 a operar de forma a trazer declínio do *spread*, otimizando seus serviços.

Assim, em 2010 e 2011, vêm-se os seguintes dados:

Tabela 6: Margem Gerencial

R\$ MILHÕES	Fluxo Trimestral			Var%		Fluxo Anual		Var. %
	4T10	3T11	4T11	S/4T10	S/3T11	2010	2011	S/2010
Operação de crédito	6.869	7.708	8.244	20.0	7.0	27.676	30.321	9.6
Pessoa Física	3.946	4.295	4.560	15.6	6.2	15.812	17.230	9.0
Pessoa Jurídica	1.854	2.286	2.340	26.2	2.4	7.827	8.667	10.7
Agronegócio	1.068	1.127	1.344	25.8	19.3	4.037	4.424	9.6
Depósitos	1.287	1.481	1.290	0.2	(12.9)	4.708	5.853	24.3
Depósitos a prazo	744	903	778	4.6	(13.9)	2.676	3.426	28.0
Depósitos a vista	376	392	348	(7.5)	(11.2)	1.298	1.298	15.2
Depósitos de Poupança	167	186	164	(1.9)	(12.0)	603	743	23.2

Fonte: Banco Beta, 2011

A carteira de crédito Pessoa Física do Banco Beta é concentrada em linhas de crédito de CDC salário, crédito consignado, financiamento a veículos e imobiliário que juntas responderam por 80% do total.

Tradicionalmente, essas linhas possuem *spreads* mais baixos que as demais linhas de crédito Pessoa Física.

Em relação ao *spread* do agronegócio, a elevação da taxa trimestral foi influenciada, principalmente, pelo crescimento das receitas de equalização que evoluíram 11,7% na comparação 4T11-3T11 e 20,2% na 4T11-4T10 (Tabela 5).

Com a ajuda de produtos inseridos no contexto dos agentes financeiros foi possível implementar operações neste sentido.

O “*Spread Global Ajustado pelo Risco*” é apurado com base na relação entre a margem financeira líquida e os ativos rentáveis, ou seja, considera as despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa. A tabela seguinte apresenta o desempenho dos índices de *spread* do Banco Beta.

Tabela 7: Desempenho dos índices de *spread*

%	4T10	3T11	4T11	2010	2011
Operações de Crédito	8.6	8.8	9.0	9.0	8.5
Pessoa Física	15.4	14.9	15.5	15.8	14.4
Pessoa Jurídica	5.5	6.3	6.1	6.0	5.8
Agronegócios	5.6	5.4	6.1	5.6	5.3
Depósitos	1.6	1.7	1.4	1.5	1.6
Depósitos a prazo	1.8	1.7	1.4	1.7	1.7
Depósitos à vista	3.0	3.5	3.1	2.7	3.2
Depósitos Poupança	0.8	0.8	0.7	0.7	0.8
Spread Global	6.0	5.6	5.8	6.1	5.7
Spread Ajustado pelo risco	4.6	3.9	4.3	4.4	4.1

Fonte: Banco Beta 2011

Deste modo, se vislumbra que no período apresentado o *spread* teve um declínio, proporcionado pela baixa da SELIC, enquanto que no quarto trimestre de 2010, o *spread* ajustado pelo risco esteve em 4.6, e em 2011, baixou para 4.1.

Nos comparativos designados pela rentabilidade, se demonstra uma baixa no *spread* confirmando a teoria de que em razão das taxas e impostos que incidem igualmente no *spread*, migrando para redução.

Tabela 8: Desempenho dos Itens Patrimoniais e Rentabilidade

	4T10	1T11	2T11	3T11	4T11
Itens Patrimoniais – R\$ bilhões					
Ativos	811.2	866.6	904.1	949.8	981.2
Patrimônio Líquido	50.4	52,1	54,6	56,7	58,4
Cartão Crédito	358,4	364,7	383,4	402,6	423,0
Depósitos	376,9	381,2	396,2	419,5	442,4
À Vista	63,5	59,6	61,1	57,6	62,0
De Poupança	89,9	90,5	89,2	95,5	100,1
A prazo	204,7	219,0	234,2	252,8	265,8
Rentabilidade					
Lucro Líquido por ação – R\$	1.40	1.03	1.16	1.01	1.04
Lucro recorrente por ação R\$	1.29	1.02	1.13	0,90	1.06
Rentabilidade s/ o PL médio – An%	36.6	24.9	27.5	22.6	22.5
Rentabilidade recorrente s/ PL médio An%	33.6	24.8	26.6	20.0	22.9
Rentab. acum. em 12 meses s/PL médio %	27.0	27.4	27.6	25.2	22.4
Rentab. s/ ativos médios An.%	2.0	1.4	1.5	1.3	1.3
Spread – An%	6.0	5.9	5.8	5.6	5.8

Fonte: Banco Beta, 2011

Como discorrido a tabela acima o *Spread* no quarto trimestre de 2010 em comparação ao ano de 2011, manteve-se em declínio, porém no item de poupança a prazo houve um crescimento, favorecendo os investidores.

O Banco Beta, conforme a tabela 7, manteve um *spread* com tendência abaixo do esperado:

Tabela 9: Análise de volume (ativos rentáveis) e Taxa Trimestral – 3T11 e 4T11

R\$	3T11	4T11	Var. Abs
Volume: Ativos Rentáveis	770.169	797.023	26.854
Margem Financeira Bruta	10.645	11.348	703
Spread %	1,3822	1,4237	0,0416
Ganho/ (Perda) c/ vol.		11.016	371
Ganho/ (Perda) c/ Tx		10.965	320
Ganho/ (Perda) c/ vol e tx.			11

Fonte: Banco Beta, 2011

Quanto à análise de volume (ativos rentáveis) e taxa trimestral – 3T11 e 4T11, correspondentes ao terceiro e quarto trimestre de 2011, houve um aumento de volume de ativos rentáveis no quarto trimestre, ficando uma margem financeira em 703, o *spread* baixou para 0,0416%, conseqüentemente o Banco Beta, teve um ganho (perda) com volume e taxa na ordem de 11.

Tabela 10: Análise de Volume (Ativos Rentáveis) e Taxa do Período – 2010 e 2011

R\$	2010	2011	Var. Abs.
Volume: Ativos Rentáveis	633.380	753.075	119.695
Margem Fin. Bruta	38.398	42.675	4.277
Spread %	6.0624	5,6668	(0,3956)
Ganho/ (Perda) com volume		45.655	7.256
Ganho/ (Perda) com Taxa		35.893	(2.506)
Ganho/ (Perda) com Volume e Taxa			(474)

Fonte: Banco Beta, 2011

Tomando por referência a mesma análise de volume (ativos rentáveis) e taxa do período de 2010 e 2011, como um todo, é claro o aumento de margem financeira bruta do Banco Beta, contudo, a redução do *spread* é crucial.

Tabela 11: Evolução do Spread

MFB – Ativos Rentáveis – Anualizado							
1T10	2T10	3T10	4T10	1T11	2T11	3T11	4T11
6.3	6.3	6.3	6.0	5.9	5.8	5.6	5.8

MFL – Ativos Rentáveis – Anualizado							
1T10	2T10	3T10	4T10	1T11	2T11	3T11	4T11
4.2	4.3	4.6	4.6	4.3	4.1	3.9	4.3

Fonte: Banco Beta, 2011

No que diz respeito a evolução do *spread*, no contexto dos ativos rentáveis anualizado, no curso de 2010 e 2011, é visível em 2010, que nos primeiros trimestres estiverem estáveis, mantendo 6.3. No quarto trimestre do mesmo ano, reduziu para 6.0, e no ano de 2011, reduziu nos primeiros trimestres, sendo no último a ocorrência de uma elevação para 5.8, que correspondeu a mesma pontuação do segundo trimestre de 2011.

No cenário financeiro geral do Banco Beta, no período em destaque, apresentou uma margem financeira em decréscimo, derrubando a simbologia de que os bancos são os maiores detentores de lucros.

Desta maneira, como demonstrado a evolução do *spread* bancário em no período de 2007 a 2010 esteve em patamares acima com relação ao ano de 2011, comprovando-se, portanto que em 2011 o agente financeiro conseguiu reduzi-lo. Aliás, com respeito ao ano de 2011 é latente o trabalho de redução do *spread*, fazendo-se uso de mecanismos que facilitaram o trabalho de redução de taxas, e abrindo oportunidades ao mercado financeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *spread* bancário, ou seja, a diferença entre a taxa de captação de recursos e a aplicação por parte dos bancos, ainda é elevado em nosso país é formado, principalmente, por estar revestida das despesas administrativas, impostos diretos e indiretos, inadimplência e margem líquida dos bancos.

Como destacado os fatores macroeconômicos da economia brasileira explicam em grande medida o alto nível do *spread* bancário, uma vez que todo o sistema financeiro cobra altas taxas de juros em virtude de auferir proteção aos riscos de mercado

Diante das teorias e circunstâncias analisadas denota-se que entendimento da composição do *spread* exige detalhamento dos elementos que o compõe, pois há fatores de custos administrativos e operacionais que interferem em sua formação, como mencionado. Os custos administrativos, por exemplo, têm-se os regulatórios estabelecidos pelo BACEN (chamados de compulsórios), os fiscais decorrentes da incidência de diversos impostos sobre a intermediação financeira, os relativos à inadimplência (vinculados ao risco de crédito em face de eventual descumprimento da obrigação pelo tomador do empréstimo, que pode ser total ou parcial).

A composição do *spread*, portanto, determina a remuneração do capital do banco (ganhos gerados na atividade de intermediação). Depois de apurados os custos, calcula-se o resíduo em relação à taxa cobrada, o que configura o ganho do banco.

Impactando o nível do *spread* bancário brasileiro, todos os fatores supracitados também afetam diretamente os patamares da concessão de crédito no Brasil. O fato que culminou na maior transformação do mercado bancário brasileiro aconteceu entre 1994 e 2004.

Acerca do Risco de Mercado reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Com estrutura para gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez compatível com a natureza das operações, a Análise do Desempenho 4º Trimestre /2011 do Banco Beta

busca a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos da instituição, segregada das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna.

O Banco Beta adotou no período apresentado uma política de gerenciamento a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado Econômico-Financeiro.

Dentro do período pesquisado houve uma variação em declínio no *spread global* por exemplo, que saiu da casa de 7.6 para 5.7, o que resulta no alcance do objetivo do agente financeiro. No período investigado houve também uma busca intensa pelas linhas de crédito, abrindo oportunidades às classes C e D, e que, resultaram consideravelmente na movimentação da economia financeira. Conclui-se que o Banco Beta, diante do quadro incessante de redução do *spread* teve seu objetivo atingido.

Contudo, a proporção das margens praticadas pelos bancos, no Brasil, é determinada muito mais pela volatilidade da taxa básica de juros do que pelo comportamento monopolístico dos bancos.

Desta maneira, as tentativas, tanto por parte das entidades governamentais quanto pelas bancárias, têm sido diversas e com diferentes graus de eficiência. A estabilidade macroeconômica, embora difícil, considerando a dependência econômica externa do Brasil, vêm ocorrendo de maneira gradativa e com impactos positivos na redução da taxa de juros e do *spread*.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAM, Roberto e ABRAHAM, Murilo. **Ajuste Fiscal e Dívida Pública**: uma abordagem prática. Brasília: ESAF, 2004. 55p. Ajuste Fiscal e Dívida Pública. Rio de Janeiro (RJ). Disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio_TN/IXPremio/catalogo2.htm. Acesso em 05 mar. 2012.

AFONSO, José Roberto; KÖHLER, Marcos Antonio; FREITAS, Paulo Springer de. **Evolução e Determinantes do Spread Bancário**. Brasília, agosto, 2009. Disponível em <http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm> Acesso em 19 fev. 2012.

ARONOVICH, S. Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o *spread* bancário. **Revista Brasileira de Economia**, v. 48, n. 1, p. 125-140, 1994. [[Links](#)]

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 10ª ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e Spread bancário no Brasil**. 1999. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em 10 fev. 2012.

_____, **Economia bancária e crédito**: avaliação de três anos do projeto Juros e *spread* bancário no Brasil. Brasília, DF, 2002, p.50.

_____, **Economia Bancária e Crédito**. 2010. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/REBC2010.pdf>> Acesso em 07 fev. 2012.

BOYD, Westfall & STASCH, **Marketing research: text and cases**. Illinois, Richard D. Irwin, Inc. 1985.

CAMPANA, Fabio. Governo prepara ataque ao spread bancário. Disponível em <<http://www.fabiocampana.com.br/2009/01/governo-prepara-ataque-ao-spread-bancario/>> Acesso em 05 mar. 2012.

CAMPELLO, Nalva Cristina Barbosa. **Spread bancário no Brasil**: suas determinantes e Conseqüências. Artigo. 2008

CARVALHO, Fernando J. Cardim *et al.* **Economia monetária e financeira**: teoria e política. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

CNI INFORMA **NOTAS ECONÔMICAS** – Ano 5, nº 81, 23 de junho de 2004. Disponível em <http://www.sfiac.org.br/fiec-hoje/Notas%20Economicas%2081.pdf> Acesso em 12 mar, 2012.

DANTAS, 2000 A Mídia Explicando – “O Nó dos Juros.” Revista Exame.Nº 4 – 23/02/2000

FARINA, S; BECKER, F. S. U. **Apresentação de trabalhos escolares**.16 ed. Porto Alegre: Multilivro, 1996.

FERREL, O. C. & HARTLINE, Michael D. **Estratégia de Marketing**. (Tradução de Mauro de de Campo Silva), São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005

FORTUNA, Eduardo. **Produtos e Serviços**. 16.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed, 2005. 848p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 1999

GODOY, Arilda S., **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, In Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, Mar/Abr. 1995, p. 57-67.

LEAL, Rodrigo Mendes. **Estrutura e determinantes do spread bancário no Brasil: uma resenha comparativa da literatura empírica**. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Pascoal. **Economia Monetária**. São Paulo : Atlas, 2005.

MAANEN, John, Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research a preface**, In Administrative Science Quarterly, vol. 24, nº 4, December, 1979, pp. 520-526.

MÄHLER, Jacqueline Maria Bortolotti. **A composição do spread do Banco do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MANHIÇA, Félix A. (2009), **O spread bancário e a política monetária no Brasil: de 2000 à 2008**. II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Porto Alegre. UFRGS

_____, Félix A.; JORGE, Caroline Teixeira. **O NÍVEL DA TAXA BÁSICA DE JUROS E O SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL: Uma análise de dados em painel*** Disponível em < <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000bc5c1325d04143f96fe1e31f7f428eda.pdf>.> Acesso em 20 fev. 2012.

LINARDI. Fernando de Meneses. **Avaliação dos Determinantes Macroeconômicos da Inadimplência Bancária no Brasil**. 2008. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) - Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

MAUDOS, J.; GUEVARA, J. F. Factors explaining the interest margin in the banking sectors of the European Union. **Journal of Banking and Finance**, v. 28, n. 9, 2004. [[Links](#)]

MISHKIN, Frederic S. **Moeda, Bancos e Mercados Financeiros**. 5. ed. Tradução de Christine Pinto Ferreira Studart; Revisão técnica de Rogério Studart_ Rio de Janeiro - LTC, 1998_ 474p.

MÜLLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julce Mary. **Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias**. Londrina: Eduel, 2003.

NAKANE, M. I.; COSTA, A. C. A. *Spread* bancário: os problemas da comparação internacional. **Risk Update** , Ano 1, n. 3, p. 9-14, 2005. [[Links](#)]

NAKAGAWA, Fernando. 2009. Lucro dos bancos e impostos são metade do spread bancário. **Estadão**. Economia. Disponível em <<http://www.estadão.com.br/noticias/economia,lucro-dos-bancos-e-impostos-sao-metade-do-spread-bancario-,484376,0.htm>>.

OLIVEIRA, Giuliano Contente de; CARVALHO, Carlos Eduardo. O Componente “custo de oportunidade” do *Spread* Bancário no Brasil: Uma abordagem pós-keynesiana. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 371-376 404, dez. 2007.

OLIVEIRA, Kelly. Lucro dos bancos tem maior peso entre os itens do spread bancário. Economia. Agência Brasil, 2011. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-11-03/lucro-dos-bancos-tem-maior-peso-entre-os-itens-do-spread-bancario> Acesso em 1º mar. 2012.

OREIRO, José Luís da Costa et al. Determinantes Macroeconômicos do Spread Bancário No Brasil: Teoria e Evidência Recente. **Revista de Economia Aplicada**, v. 10, p. 609-634, 2006.

PAIVA, Leonardo Carlo Biggi de. **Spread Bancário e sua influência na sociedade**. Economia. **contemporânea**. Disponível em <<http://www.infoescola.com/economia/spread-bancario>> 2010. Acesso em 05 fev. 2012.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil** – parte geral das obrigações. Saraiva, 1986.

ROSSONI, Enéias. **Determinantes e Estrutura do Spread Bancário Brasileiro no Período de 1999-2009**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SAUNDERS, A.; SCHUMACHER, L. The determinants of bank interest rate margins: an international study. **Journal of International Money and Finance**, v. 19, p. 813-832, 2000. [[Links](#)]

SANTOS, Flávio Maia Fernandes dos. Intervenção Judicial na Taxa de Juros [aula ministrada]. *In: JUROS: aspectos econômicos e jurídicos*. São Paulo: Escola de Direito de São Paulo - FGV, ESMAPE, Recife. 2008.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Forense, 1987.

_____, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 194.

TABAK, Benjamin Miranda et al. The stability concentration relationship in the Brazilian banking system. **Journal of International Financial Markets, Institutions and Money**, v. 18, p. 388-397, 2008.

Takeda, T. (2003b) "Efeitos da Política Monetária sobre a Oferta de Crédito", *Economia Bancária e Crédito*, Banco Central do Brasil.
<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A095.pdf>

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: **Planejamento e Métodos**. (Tradução de Daniel Grassi). 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Links

<http://www.bcb.gov.br/>

<http://www.febraban.org.br/>

<http://web.infomoney.com.br/>

<http://www.bb.com.br>

[http://www.coplana.com/gxpsites/hgxpp001.aspx?1,6,691,O,P,0,MNU;E;117;7;150;3;MNU;,,](http://www.coplana.com/gxpsites/hgxpp001.aspx?1,6,691,O,P,0,MNU;E;117;7;150;3;MNU;,)
Acesso em 11 marc. 2012